



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 5/2020

Referência: 25100.013456/2019-51

Assunto: Participação de servidor no curso **Mestrado Profissional em Governança, Tecnologia e Inovação (MGTI)**.

RECONHEÇO a Inexigibilidade de Licitação nº 5/2020, que tem por objeto a inscrição do servidor **Darlan Henrique da Silva Venturelli**, Analista em Tecnologia da Informação, Matrícula/Siape nº 1822293 no curso de **Mestrado Profissional em Governança, Tecnologia e Inovação (MGTI)**, com início previsto para 04/03/2020 e término previsto para 04/12/2021, a ser promovido pela **UNIÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO CATÓLICA - UBEC - CNPJ nº 00.331.801/0004-82** (Nome Fantasia: **UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA – UCB**), no valor total de **R\$ 38.384,46 (trinta e oito mil, trezentos e oitenta e quatro reais e quarenta e seis centavos)**, conforme Projeto Básico/Proposta que faz parte deste instrumento como se transcritos estivessem, com fundamento no Art. 25, inciso II, da Lei nº 8666/93 e suas alterações, tendo em vista o que consta do presente processo.

LIZIANE RAQUEL MOREIRA

Coordenadora-Geral de Recursos Logísticos

RATIFICO, nos termos do Art. 25, caput, c.c o inciso II do Art. 26, ambos da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações, a **Inexigibilidade de Licitação nº 5/2020**, atinente ao Processo nº 25100.013456/2019-51, com amparo no que contém o Despacho acima. Remetam-se os autos ao **SERCO/CGLOG** para publicação no Diário Oficial da União e posteriormente à **COPEO/CGOFI**, para o empenhamento da despesa.

CARLOS LUIZ BARROSO JUNIOR

Diretor do Departamento de Administração



Documento assinado eletronicamente por **Liziane Raquel Moreira, Coordenador-Geral de Recursos Logísticos**, em 04/03/2020, às 17:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Luiz Barroso Junior, Diretor do Departamento de Administração**, em 05/03/2020, às 08:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.funasa.gov.br/consulta>, informando o código verificador **1977977** e o código CRC **72C2AC80**.



Referência: Processo nº 25100.013456/2019-51

SEI nº 1977977